

Governo manterá política monetária em 92

Empresário espera um reaquecimento da economia com os "remédios" que o Governo usará

A política monetária austera adotada pelo Governo ao longo de 1991 deverá prosseguir este ano. A sinalização foi dada em recente entrevista do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Apesar dos prognósticos sombrios que rondam o ano de 1992, muitos empresários estão confiantes. É o caso, por exemplo, do presidente da Cobrasma, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho. Segundo ele, "o remédio é amargo" mas é o único mecanismo capaz de colocar a "economia nos eixos".

Vítima da recessão — uma vez que sua empresa entrou em concordata no ano passado por conta do desaquecimento da economia — ele continua apostando no sucesso do programa adotado pela equipe econômica: "Se o ministro Marcílio Marques Moreira conseguir levar adiante seu programa, creio que o País poderá retomar o crescimento a partir de 1993", diz o empresário.

A manutenção de juros elevados a partir de agosto, como forma de obrigar as empresas a desovarem seus estoques e reduzirem custos, causou estragos em todos os setores da economia. Para se adaptar à nova realidade, muitos empresários optaram pela demissão de funcionários e venda de ativos (máquinas, equipamentos e unidades industriais, entre outros).

Os mecanismos surtiram efeitos, conforme demonstra pesquisa elaborada pela Serasa Consultoria. Das 124 empresas analisadas pela Serasa, a grande maioria fechou os primeiros nove meses de 1991 com índice de rentabilidade superior ao ano anterior.

Causas — Apesar de os inúmeros especialistas em análise da conjuntura econômica concordarem com o receituário adotado

pelo Governo e acreditarem que este caminho pode ser decisivo para estabilizar a inflação neste ano, ainda não existe uma onda de euforia. Segundo o assessor econômico da Federação das Indústrias do Rio (Firjan), João Paulo de Almeida Magalhães, a política monetária ortodoxa pode funcionar como uma faca de dois gumes.

"Ao mesmo tempo em que o Governo consegue reverter as expectativas inflacionárias e deprimir o nível de consumo, ele fica sujeito aos efeitos colaterais", lembra o economista. Um destes efeitos, de acordo com João Paulo de Almeida Magalhães, é a queda do nível de atividade econômica, o que pode comprometer as metas de arrecadação do Governo. "Este fenômeno vai se revelar de uma forma mais perversa neste primeiro trimestre de 1992, época em que a produção entra, normalmente, em ritmo decrescente", explica.

Para ele, a "prova de fogo" da política adotada pelo Governo — principalmente no tocante aos resultados da política monetária — se dará ao longo do primeiro trimestre. "Se o Governo tiver um desequilíbrio de contas e voltar a emitir moeda, comprometerá todo esforço feito pela sociedade até agora", analisa.

Por sua vez, o vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, (Fiesp), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, critica a utilização das taxas de juros como principal mecanismo para combater a inflação.

Pesquisa realizada pelo departamento econômico da Fiesp, durante o mês de novembro, apontava que nada menos que 22 mil trabalhadores perderam o emprego na Grande São Paulo.

Mesmo com todos os problemas, o vice-presidente da Fiesp engrossa o coro de otimistas, lembrando que o pior já passou: "Meu sentimento é que 1992 será o ano da reversão de expectativas, prova disto é que a inflação fechou o ano com tendência declinante, o que deverá prosseguir a partir de agora", avalia.